

## PERIÓDICOS LITERÁRIOS E CÂNONE: *LEITE CRIÔLO* E A MEMÓRIA MONUMENTAL DO MODERNISMO

Miguel de Ávila Duarte (Mestrando FALE/UFMG)

Fala-se de cânone como uma coisa, como um determinado quadro de valores sobre o qual se pode – e costuma-se – tomar posição contra ou a favor, como algo exterior à pesquisa e sobre o qual é possível uma ação imediata: os cânones seriam, para bem ou para mal, substituíveis. Chamar algo de monumento, por outro lado, é participar de um juízo de valor, mas de um juízo de valor estranhamente impessoal: o monumento comemora algo e pesquisar os monumentos, como nos trabalhos de colégio, implica em participar da comemoração. A remoção ou danificação dos monumentos, enfim, é um ato de iconoclastia ou mesmo vandalismo.

Ambas as noções, cânone e monumento, descritas aqui nos termos do senso comum, se sobrepõem no sentido de articularem a valoração cultural, o poder social e a presença de certa representação do passado no presente das práticas culturais. Pretendemos aqui tratar de um objeto que podemos considerar descritivamente como quase ausente da representação de passado literário presente no campo literário<sup>1</sup> atual, a publicação modernista belorizontina de 1929, *leite criôlo*. Que interesse, então, pode haver em tal objeto? Seria uma obra-prima esquecida? Traria alguma expressão literária subalterna excluída? Traria talvez a obra de juventude de algum escritor que depois se tornaria célebre? Seria ele um documento privilegiado de sua época? Tirando talvez a última questão, pode-se supor que tais perguntas teriam respostas quase consensualmente negativas.

O principal interesse propriamente literário em *leite criôlo* consiste na participação deste no movimento modernista brasileiro, que pode ser considerado sem exagero um dos principais centros do cânone nacional. Neste contexto, tomar como objeto documentos considerados secundários na história do modernismo tende a tomar a forma de um resgate, de uma tentativa de subverter o cânone cujo objetivo último é inclusão de uma faceta nova no monumento que se intitula Modernismo. Não é o que faremos aqui: a relativa exclusão do cânone é um dado que, na verdade, é parte fundamental do nosso objeto. Pretendemos investigar brevemente a formação do abismo, em termos de monumentalização e legitimidade cultural, que separa hoje duas publicações modernistas de Belo Horizonte e seus respectivos animadores: *A Revista* (1925-1926), cuja presença emblemática é a de Carlos Drummond de Andrade, e *leite criôlo* (1929), cuja figura central seria João Dornas Filho. Muito próximos entre si naquele momento – mesmo se opondo brevemente na época em que circulou a segunda publicação, o que prova, aliás, a sua relativa equidade de poder simbólico – os dois grupos tiveram posteridades bem

---

<sup>1</sup> Usaremos aqui o conceito de campo literário tal como definido por Pierre Bourdieu, ou seja, como lugar das disputas sobre a legitimidade em matéria de literatura, formado pelo conjunto de todos os produtores que compõem a “República das Letras”, na medida em que ali produzam efeitos (Cf. BOURDIEU, 2005. P. 243-311).

diferentes. Este abismo na valoração, no poder social investido e na representação junto ao campo literário contemporâneo interessa porque significa a possibilidade de identificar quais noções presidiram em cada horizonte de expectativa histórico (JAUSS, 1994) a determinação do valor literário destes periódicos. Mas para tanto é necessário especificar as contribuições que a noção já muito debatida de cânone e a que usaremos de forma relativamente exploratória de monumento trazem para tal proposta.

Como se sabe, a noção de “cânone literário” deriva da analogia entre a legislação religiosa (lei canônica) que estabelece o conjunto dos textos considerados sagrados pelo Cristianismo, opondo os textos propriamente bíblicos aos apócrifos, e o conjunto das obras literárias consideradas especialmente valorosas (PAYNE, 1996 p. 91). Uma primeira conseqüência de tal analogia é a referência à idéia de um quadro fixado de valores, que tomaria a forma de currículos, antologias, histórias da literatura etc. O problema é que, na maior parte dos contextos, o elenco de autores e obras que formariam tal cânone constitui um dos principais móveis da luta propriamente literária no interior da “república das letras” e, assim, cada currículo, antologia, história da literatura e lista de autores constitui uma tomada de posição no interior do campo. Como lembra o levantamento de Jose Maria Pozuelo Yvancos (2000, 28-29) sobre as teorias do cânone, múltiplos quadros canônicos quase sempre coexistem simultaneamente em um mesmo tempo e espaço. Pode-se concluir daí que o valor literário se apresenta na sociedade quase sempre de maneira difusa, prática, só emergindo a um estado explícito na forma de comparação entre autores, obras, etc que constituem formas de classificação elas mesmas classificadas, a serem estudadas por uma sociologia do gosto (Cf. BOURDIEU, 2007).

Um outro problema consiste no fato da lógica da noção de cânone se dar em termos de inclusão/exclusão, o que a torna pouco manejável para a análise localizada da valoração literária, exceto nos casos extremos das literaturas subalternas excluídas e dos cumes da consagração artística. Fora da situação de ensino, que parece ser o paradigma para as discussões sobre cânone (Cf. BLOOM, 1995; BUTLER, 1990; KERMODE, 1990), parece estranho que um autor ou obra substitua necessariamente outro. Seria Pedro Xisto, por exemplo, canônico ou excluído do cânone dos poetas brasileiros? Assim como não seria inconcebível um curso universitário sobre a sua obra, não seria também muito usual.

A noção de monumento e especialmente de monumentalização, traz a meu ver certa vantagem neste sentido. A constituição de obras e autores como objetos de comemoração, ou seja, de memória socialmente valorizada é uma forma relativamente mensurável do prestígio literário, especialmente se focarmos a freqüência, a tipologia e os agentes destas formas de trabalho social da memória. Basta lembrar que Jacques Le Goff (1992) vai definir a matéria-prima de toda forma de história – partindo dos conceitos tradicionais de monumento enquanto aquilo que os poderes de uma sociedade elegem para representá-la no futuro e de documento

como a ferramenta de trabalho do historiador – como documento-monumento, considerando a dimensão epistemológica da memória inseparável da sua dimensão política. É importante ressaltar que noção de monumentalização que se propõe aqui não implica uma medida “objetiva” de valor literário, que continua necessariamente em disputa, mas sim uma medida da presença no campo literário, o quão importante é a discussão do valor e do significado de certa obra ou autor em determinado momento e lugar.

A idéia de monumento serve, assim, como uma forma de trabalhar com o cânone – que se poderia definir de uma maneira útil como o passado reconhecido, portanto presente e representado, pelo campo literário – nas minúcias dos seus fragmentos (um autor, uma obra) sem cair na lógica da inclusão/exclusão. Logo, abre espaço para se pensar o cânone através de uma topologia mais complexa do que o dentro e o fora dos quadros canônicos.

Algumas das formas de comemoração mais importantes neste contexto de monumentalização são o comentário, o estudo, a análise, etc., mencionados também em relação à noção de cânone no levantamento já citado de Pozuelo (2000, 33) como chave para a sobrevivência dos textos canônicos. Assim sendo, estudar o Modernismo Brasileiro, por exemplo, implica estudar o monumento que seus participantes e os herdeiros intelectuais destes erigiram para tal movimento – e, em certo sentido, participar da sua comemoração. A porta de entrada para esse estudo é, no mais das vezes, o próprio cânone artístico e literário, os grandes nomes que surgiram com o movimento. Ao estudar os futuros notáveis nas suas primeiras investidas no universo da cultura, mesmo os trabalhos mais sérios tendem a reforçar implicitamente a magia do momento da origem, da fundação mesma de um universo cultural que, apesar de tudo, ainda é o nosso. Michel Foucault (1999) chama tal jogo de afirmação de precedências de “pesquisa de origem”, o que segundo ele constituiria mesmo uma das atribuições mais tradicionais da história: a afirmação da grandeza dos princípios (no duplo sentido metafísico de fundamentos e de primeiros momentos), ou seja, dos momentos de fundação.

Torna-se assim problemática a necessária separação entre o estudo analítico e aquela produção simbólica – que Bourdieu (2005) denomina sarcasticamente hagiografia – cujo objetivo é engrandecer e perpetuar o valor atribuído a este ou aquele autor. Como estudar um autor é, implicitamente, colocá-lo em circulação, também o estudo de autores considerados em dado momento como “menores” implica em uma intervenção no campo literário. Deste modo, compreendendo que a liberdade de manobra da pesquisa, assim como seus possíveis efeitos no campo em questão, passam pela compreensão do lugar do objeto de pesquisa dentro de um determinado cânone, a inclusão do processo pelo qual os produtos culturais se tornam canônicos ou caem no esquecimento no âmbito do estudo destes mesmos produtos consiste em uma ferramenta contra a ingenuidade útil em relação ao campo: a reflexividade é a única arma contra

a tentação sempre recolocada de escrever hagiografias puras ou panfletos meramente polêmicos quando se pretende produzir análises.

Um dos estudos mais recentes a ter em *leite crioulo* um foco de análise é o livro *Guardiães da razão* de Helena Bomeny, que para nós constitui o exemplo acabado do abismo de monumentalização e legitimidade cultural que separa hoje as publicações mineiras em questão. Segundo a autora:

O suplemento literário *Leite Criôlo* [sic] guarda a marca de uma linguagem jornalística bastante informal, e de estilo paroquial. O periódico padece de maior relevância intelectual, quer seja pelo cardápio de assuntos de que dispõe, quer seja mesmo pelo tipo de argumentação que privilegia. Há, todavia, um contraponto com *A Revista*, já analisado por Antônio Sérgio Bueno, muito útil. (BOMENY, 1994)

Convém assim produzir um breve cotejo entre as publicações. De *A Revista* foram publicadas três edições (julho e agosto de 1925; janeiro de 1926), com contribuições de 27 autores, sendo todos eles mineiros, com exceção da contribuição extensa de Mário de Andrade, da participação, com um poema cada, de Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho e da tradução de um texto de Freud. O caráter modernista das contribuições só se torna predominante na última das edições, na qual aparecem os poemas dos poetas do Rio e de São Paulo já citados. Mas o tom de seriedade e sobriedade prevalece, o bom-tom é uma constante.

Já *leite crioulo* contou com 56 colaboradores, incluindo, além de escritores mineiros, contribuições de São Paulo, Rio, Fortaleza, Januária, Curitiba, Vitória, Natal, Pará, Paraíba e Alagoas. Dentre os escritores mineiros é maciça a presença do grupo da revista *Verde*, de Cataguases. Existe entre essa revista – tão festejada pelas principais figuras do modernismo quando do seu aparecimento em 1927 - e o suplemento certa continuidade: textos publicados na *Verde* são republicados em *leite crioulo*, séries de poemas que começaram a ser publicadas na revista tem a sua continuação no suplemento, as homenagens ao poeta do grupo de Cataguases Ascânio Lopes, morto no início de 1929, são constantes na publicação de Belo Horizonte. Em comparação com *A revista*, nota-se a expansão do movimento modernista entre 1925-26 e 1929. O grupo de *leite crioulo* dispensa qualquer colaboração passadista, publicando textos “antiquados” apenas como forma de debochar deles, usando na maior parte dos artigos uma linguagem coloquial e provocativa, lição tanto de *Verde* como da *Revista de Antropofagia* (cujas relações com o suplemento serão discutidas mais adiante). Também é interessante notar a grande rede nacional de grupos modernistas que existe neste momento, em oposição à vinculação única de *A Revista* com o eixo Rio-São Paulo, através do apadrinhamento de Mário de Andrade.

Portanto não conseguimos entrever o caráter paroquial que, para Helena Bomeny, caracterizaria o suplemento. Na verdade, o caráter universalizante de *A Revista*, percebido como cosmopolitismo pela autora, talvez caracterize mais certamente uma concessão ao passadismo

provinciano do momento, com as suas alusões constantes a Anatole France, do que uma visão modernista mais ambiciosa. Por outro lado, a temática local e regional, que caracteriza muitos textos de *leite criôlo*, não nos parece um indício de um “isolamento estético de província”, antes uma vinculação a uma das tendências do nacionalismo modernista, tendência que, aliás, se torna dominante na década seguinte com o romance social nordestino. Assim, vincular a publicação de João Dornas Filho ao lado rural e “atrasado” de Minas Gerais e a de Carlos Drummond de Andrade ao urbano e “progressista” é apenas estabelecer uma analogia redutora entre as temáticas literárias predominantes nas duas publicações e a sua origem social. Na verdade, quase todos os colaboradores de ambas as revistas tinham sua origem nas famílias importantes das pequenas cidades mineiras – por exemplo, Dornas vinha de Itaúna e Drummond, como se sabe, de Itabira – transferindo-se para Belo Horizonte com o objetivo de estudar, ingressando também na carreira burocrática e no jogo político estadual.

Percebem-se aí os efeitos da momentalização de quem é hoje um dos mais canônicos escritores brasileiros: a Drummond chega-se a conferir uma extraterritorialidade política. A monumentalização da sua pessoa e da sua obra segue a mesma linha de grandeza.

Comparado a quem, no entender de vários dos mais importantes críticos literários brasileiros, é talvez o maior poeta que o país já produziu, João Dornas Filho \_é hoje um desconhecido. A diferença de grandeza existente entre ser um dos maiores do Brasil e ser o maior de Itaúna talvez seja expressa numericamente pelo número de chamadas do Google ao qual corresponde cada um dos nomes: João Dornas Filho, 1.030 resultados (203, quando omitidas as repetições); Carlos Drummond de Andrade, 551.000 resultados (833, sem repetições), uma diferença de 53.400% (410%, omitindo as repetições que neste caso são significativas).

Constatar tal desigualdade não implica dizer que não há uma monumentalização de João Dornas. Pelo contrário, ele empresta seu nome a uma escola pública em Itaúna, existem placas em sua homenagem no prédio da Fafich/UFMG, seus arquivos se encontram divididos entre o Arquivo Público Mineiro e a coleção particular do genealogista itaunense Guaracy de Castro Nogueira. Mas o foco de sua incorporação ao cânone não foi a sua participação em *leite criôlo* (a publicação atinge a mínima marca de 68 chamadas no Google, sendo que 40 quando suprimidas as repetições), nem mesmo sua atividade propriamente literária, mas sim a sua atuação posterior como historiador.

Mas como já dissemos, os cânones costumam ser alterados através das chamadas reabilitações literárias. As reabilitações em geral implicam na reedição de obras há muito esgotadas, substituindo as tiragens minúsculas das edições de autor por tiragens de médio porte no âmbito das publicações literárias de editoras comerciais. A partir de 1972, cinquentenário da Semana de Arte Moderna de 1922, intensificou-se o interesse por todas as manifestações do modernismo, incluindo os periódicos. Tal processo teve seu ápice quando o bibliófilo José

Mindlin, em edição conjunta da sua empresa Metal Leve com a editora Abril, publicou uma série de fac-símiles de publicações modernistas incluindo *Verde, Revista de Antropofagia* e *A Revista*, incluindo definitivamente os periódicos no cânone modernista.

Porque *leite crioulo* não se beneficiou desta segunda rodada de reabilitações? A resposta se encontra em um segundo ciclo da fortuna crítica deste suplemento a ser analisado, as obras *O modernismo em Belo Horizonte: Década de vinte* de Antônio Sérgio Bueno (1982) e *Poesia negra no modernismo brasileiro* de Benedita Gouveia Damasceno (1988), datadas respectivamente de 1982 e 1988. O que é comum a ambos é o interesse pela temática negra e pelo pensamento racial presentes em *leite crioulo*.

Apesar de romper o esquecimento ao qual foi relegado *leite crioulo* e reconhecer sua importância, Bueno se deixa levar por certas características pitorescas da publicação e acaba por exagerar nas tintas com as quais pinta a retórica e a poética desta, em especial quando considera a contribuição dos diversos colaboradores como um discurso único. Sem dúvida o racismo e o racialismo presentes no tratamento da herança africana no Brasil são fundamentais no suplemento e de certa forma o distinguem, mas é preciso lembrar que *leite crioulo* foi, em muitos sentidos, um periódico modernista como os demais. Não é possível estabelecer uma oposição entre ele e o resto do modernismo mineiro. Pode-se pensar mesmo que o que para nós hoje é chocante constituía o discurso comum naqueles tempos, *leite crioulo* se destacando simplesmente por falar, influenciado pela *Revista de Antropofagia*, em tom aberto e escrachado. Não há por que pensar que quando *A Revista* fala, de acordo com o bom tom que prevalece nela, em “humanizar o Brasil” não possa estar dizendo o mesmo que *leite crioulo*, com seu linguajar direto, chama de “higienizar o Brasil”.

O que se percebe aí, tanto em um trabalho quanto no outro, é a impossibilidade de incluir no cânone do modernismo momentos nos quais são veiculados explicitamente valores que não são mais os nossos. Existe uma mitologia do “bom modernismo” – cujas figuras centrais seriam Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Carlos Drummond de Andrade – que estaria fundamentalmente separado do “mau modernismo” – este ligado aos movimentos Verde-Amarelo, Anta e, posteriormente, ao integralismo.

O período de circulação da publicação mineira coincide com o da famigerada segunda detenção da *Revista de Antropofagia*, na qual se estabelece – além das propostas mais radicais que o modernismo brasileiro viria conhecer – uma espécie de Terror jacobino deste movimento, através do qual Oswald de Andrade e Raul Bopp se isolam voluntariamente, atacando com virulência e sarcasmo os aliados de antevéspera. Quando Carlos Drummond de Andrade e João Alphonsus, líderes do modernismo em Belo Horizonte, se manifestam contrários à radicalidade

da revista paulista, seguindo a orientação de Mário de Andrade<sup>2</sup>, abre-se uma possibilidade para os três diretores de *leite criôlo* se lançarem enquanto poetas nacionalmente.

No momento da criação de *leite criôlo*, seus diretores haviam publicado um poema cada na primeira dentição da *Revista de Antropofagia*, poemas formalmente ousados de forte influência oswaldiana, por sinal. Na segunda dentição, quando a contribuição dos modernistas de primeira hora está descartada e a dos modernistas menos ilustres é muito bem vinda, na *Revista de Antropofagia* aparecem várias menções a *leite criôlo*, assim como textos de seus diretores. Trata-se, porém, de um mal entendido, a iconoclastia e o anticlericalismo dos antropófagos não encontra ressonância na publicação mineira. Depois de alguns meses de campanha dos membros do grupo de *A Revista* no sentido dos “criolistas” se definirem contra Oswald, usando inclusive argumentos político-partidários<sup>3</sup>, acontece a ruptura. Na edição número XV (17<sup>a</sup>) de 22/9/1929, aparece um artigo do modernista alagoano Valdemar Cavalcante intitulado “Anthropophagia”, no qual Oswald é atacado devido “ao seu plano de botar Jesus Christo para fora do territorio brasileiro” e desviar o modernismo de sua verdadeira batalha contra o bacharelismo. A mesma edição estampa também o “poema a um galo conhecido meu” de João Dornas Filho, no qual parece-se aludir ao comportamento mulherengo de Oswald, concluindo que o “galo” por não sentir culpa não pode se queixar “da faca e da panela”. Após este rompimento com a antropofagia haveria apenas mais um número, aliás, pequeno e atípico, de *leite criôlo*.

O rompimento de *leite criôlo* com a *Revista de Antropofagia*, nos leva ao primeiro ciclo da fortuna crítica da publicação de Belo Horizonte: as notas freqüentemente citadas e republicadas do próprio João Dornas a respeito do movimento. Publicado originalmente no jornal Diário de Minas de 19/10/1952 e em seguida republicado na Revista da Academia Mineira de Letras, Vol. XXI, de 1959 como parte das suas *Notas para a história da literatura mineira*, o texto originalmente intitulado *Para a história do modernismo brasileiro* transcreve a famosa carta de Carlos Drummond de Andrade a Oswald de Andrade na qual o poeta mineiro rompe com a antropofagia e seu diretor. No final da carta Drummond afirma que João Dornas Filho fundaria o “crioulismo”, deixando implícita a adesão do escritor itaunense à antropofagia. O comentário de Dornas que se segue à transcrição da carta merece ser citado na íntegra:

Quero explicar que o “crioulismo” a que se refere Drummond foi um sarampo romântico de 1929, que Guilhermino César, Acchiles Vivacqua e eu contraímos no ambiente carregado de indianismo paulista. Seria a vacina africana contra a antropofagia que ameaçava comer (e comeu) os próprios pagés que a criaram...

<sup>2</sup>“Façam uma revista como *A Revista*, botem o modernismo bonito de vocês com o passadismo dos outros. Misturem o mais possível” (Apud BUENO, 1982. Pg. 35) e DORNAS, 1959. P. 88-89

<sup>3</sup> Discutimos o uso curioso da política partidária no âmbito da política interna da “província modernista da república das letras” brasileira do final dos anos 1920 na comunicação *O rasurado não está ausente: a questão da autonomia em relação à política na trajetória do suplemento modernista "leite criôlo"* apresentada no XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA promovido pela ANPUH-MG. 25/7/2008

Fundamos então um jornal – o “Leite Crioulo” [sic], que saiu intencionalmente a 13 de maio e por ele pretendíamos combater o romantismo paulista com o romantismo Bantu...

Do que se que o romantismo afro-brasileiro é anterior de dez anos [sic] à Casa Grande e Senzala... (DORNAS FILHO, 1959)

Vemos aí referências de *leite crioulo* como antípoda da Antropofagia, mas o que realmente interessa é que aí se encontra implícito que o “crioulismo” acabou por devorar também seus próprios pagés, com o agravante de eles nunca terem se disposto a serem devorados. A mal sucedida empreitada literária cristalizada na publicação mineira acabou por obrigar uma relativa retirada dos seus diretores do campo literário propriamente dito: Dornas se tornou historiador, Guilhermino é lembrado hoje como estudioso da literatura gaúcha e membro do grupo *Verde de Cataguases*, Vivacqua é um nome desconhecido, apesar do zelo para com a sua memória por parte de sua irmã Eunice. Por outro lado, Drummond foi se tornando aos poucos um grande nome, lançando de tempos em tempos, a partir de 1930, livros de poemas e, através de seu cargo nos anos 1930/1940, representando Mário de Andrade e o projeto modernista de nação dentro do governo Vargas. Se o hoje controverso pensamento racial de *leite crioulo* não significou nada de muito impróprio para a sua recepção nas quatro primeiras décadas que se seguiram à sua publicação (o primeiro trabalho a lidar com a questão foi o de Bueno, datado de 1982), a sua relação com o que até os anos 60 era considerado o “barco furado” da Antropofagia foi determinante no seu relativo esquecimento.

Podemos concluir desta breve exploração arqueológica dos horizontes de expectativa crítica que implicaram no abismo de monumentalização entre *A Revista e leite crioulo* e dos seus respectivos grupos literários alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, a desvalorização do gênero periódico e da descontinuidade da atuação literária implica na centralidade para as construções monumentais das categorias de Autor e Livro, cuja maior expressão seria a publicação de volumes de “obras completas”. Menos óbvio é o grau do trauma gerado pelas disputas em torno da segunda dentição da *Revista de Antropofagia*, que implicou em muitos *mea culpa* anti-vanguardistas nos 1930 e 1940 por parte dos que ficariam conhecidos depois basicamente como modernistas. Por fim, é notável a mistura entre juízos estéticos e políticos que se faz presente, não apenas na impossibilidade da reabilitação de *leite crioulo* a partir do momento no qual seu ideário racial se torna inadmissível, mas também na necessidade de obliterar os vínculos do modernismo como um todo com políticas de matriz direitista e autoritária. O que talvez implique que a monumentalização seja o processo de reduzir a distância à presença, o estranho ao mesmo, de se deleitar com a civilização ignorando a sua contraface de barbárie.

## Referências bibliográficas

- BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: critica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007.
- \_\_\_\_\_. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 431 p.
- BUENO, Antônio Sergio. *O modernismo em Belo Horizonte: década de vinte*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- DORNAS FILHO, João. Notas para a história da literatura mineira. In REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. Vol. XXI. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1959.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 15-37
- JAUSS, Hans Robert. *A historia da literatura como provocação a teoria literaria*. São Paulo: Ática, 1994.
- KERMODE, Frank. Canon and Period. In: WALDER, Dennis. *Literature in the modern world: critical essays and documents*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1990
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In *Historia e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 525-541.
- PAYNE, Michael. *A dictionary of cultural and critical theory*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1997.
- BUTLER, Marilyn. Repossessing the Past: The case for an open literary history. In: WALDER, Dennis. *Literature in the modern world: critical essays and documents*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1990
- POZUELO YVANCOS, José María; Sanchez, Rosa María Aradra. *Teoría del canon y literatura española*. Madrid: Cátedra, 2000.